



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Reunião Ministerial: Os Direitos da Criança

A partir deste momento, a qualidade de vida de nossas crianças será preocupação central e objetivo maior da ação do Governo.

Estamos na era da imagem. O quadro trágico da miséria, do abandono e da marginalidade em que vivem e em que morrem as nossas crianças fala por si mesmo. Mas algumas cifras ajudam a completar esse triste retrato:

- o Brasil tem cerca de 65 milhões de crianças e adolescentes com idade de até 19 anos;

- anualmente, 250 mil crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida; destas, a metade não vive o primeiro mês;

- em razão das precárias condições de assistência pré-natal e ao parto, registram-se 120 casos de mortalidade materna em cada 100 mil nascimentos;

- do total de internações na rede da Previdência Social, 30% correspondem a crianças com menos de dois anos;

- uma em cada quatro crianças sofre de desnutrição, que leva a deficiências mentais irreversíveis;

- moram em domicílios sem saneamento básico adequado 61% das crianças de um a quatro anos; no Nordeste esse percentual chega a 85%;

— mais de quatro milhões de crianças nas idades de sete a catorze anos estão fora das salas de aula; de cada 100 que se matriculam na 1.^a série, apenas 18 chegam ao final do 1.^o grau;

— entre sete e catorze anos, a taxa nacional de analfabetismo é de 28%; no Nordeste é de 51%;

— boa parte das crianças que abandonam os estudos vê-se obrigada, pela necessidade de sobrevivência, a entrar prematuramente no mercado de trabalho — destas, mais de 26% pertencem a famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo;

— nas grandes metrópoles brasileiras, cerca de 4% das crianças não moram com a mãe. Na Grande São Paulo, por exemplo, essa dura realidade estende-se a 200 mil menores.

«Ou salvam-se as crianças,
ou perde-se o País.»

Temos de dizer basta! Não podemos continuar a ser o Brasil das carências inaceitáveis e desumanas que afetam nossas crianças. Não podemos ser o Brasil dos «Pixotes».

Nada justifica a aceitação pacífica dessa vergonha, que não pode e não haverá de perdurar.

A democracia só floresce e frutifica numa sociedade em que as virtudes cívicas são cultivadas e prevalecem na forma de interesse pelo bem comum. Ora, a que conceito de bem comum corresponderá a permanência das cenas chocantes de pobreza, sofrimento e criminalidade infantis que se multiplicam em nossas cidades?

A democracia é também o universo das responsabilidades compartilhadas e não haverá responsabilidade mais nobre, e mais clara expressão do bem comum, que a redenção de nossos menores. A proposta que agora faço é a de libertá-los, de uma vez por todas, das formas de violência e abandono.

Em cada criança, em cada menor carente, há de se criar um brasileiro que tenha condições perfeitas para o exercício da mais autêntica liberdade.

Vamos enfrentar o problema com determinação, com energia. Até hoje, pouco se fez. As iniciativas empreendidas foram sempre pequenas e inexpressivas diante da magnitude do drama. Pouco ou nada, nesse quadro. É preciso mudar, mudar muito. Por isso estou convocando a Nação, cada brasileiro, a engajar-se de corpo e alma na luta pela criança. Precisamos de todos: do cidadão, das famílias, das igrejas e organizações religiosas, dos empresários, dos trabalhadores, dos partidos políticos, dos organismos representativos da sociedade, dos veículos de comunicação. O Brasil, enfim, tem de se conscientizar de que ou salvam-se as crianças ou perde-se o País.

«Meu Governo irá dedicar-se
ao resgate das crianças.»

A luta pelo bem-estar e pela felicidade de nossos filhos tem a motivá-la o instinto natural mais profundo de defesa da prole e o imperativo ético maior da defesa do homem.

Aos homens públicos, a cada um de nós aqui presentes, deve mover também a indignação moral, a apreensão dos sentimentos básicos da coletividade, o compromisso que assumimos livremente de servir à nossa Pátria.

De hoje em diante, minha equipe de Governo se dedicará ao resgate das crianças brasileiras. O Ministro da Justiça, os Ministros militares, o Chanceler, os Ministros da área econômica e social, particularmente os da Saúde, da Educação e da Ação Social, os Secretários de Desportos, do Desenvolvimento Regional, da Cultura, do Meio Ambiente, todas as autoridades aqui reunidas, sob minha responsabilidade e orientação, vamos trabalhar de maneira incansável para livrar as nossas crianças pobres e marginalizadas do pesadelo em que existem, simbolizando o nosso corpo ministerial o «Ministério da Criança».

Que o dia de hoje marque o compromisso do meu Governo com essa causa.

Aos líderes do Governo no Congresso Nacional, peço que encaminhem seus esforços na mesma direção. Estou certo de

que o Legislativo tem plena consciência da necessidade de vencermos esse desafio, como haveremos de vencer.

Dirijo ainda um apelo especial ao egrégio Poder Judiciário. O problema do menor no Brasil não é um caso de polícia, mas sim uma questão elementar de justiça. É preciso fazer respeitar os direitos da criança, hoje reconhecidos em todo o mundo.

Assino nesta data mensagem encaminhando ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada unanimemente pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro do ano passado.

Ressalto os seguintes direitos da criança enunciados na Convenção:

- direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social;

- direito a uma educação que inspire o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais, aos pais, à identidade cultural, ao idioma e aos valores nacionais, bem como ao meio ambiente, e que prepare para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos;

- direito ao lazer, ao divertimento, à participação em atividades recreativas e na vida cultural e artística;

- direito de estar protegida contra a exploração econômica e contra o trabalho que possa afetar negativamente sua evolução, e ainda contra toda e qualquer forma de exploração ou abuso sexual;

- direito de não ser privada da liberdade de maneira ilegal ou arbitrária e também o de não ser submetida a tortura, nem a outros tratamentos ou penas cruéis.

**«A ação do Governo deve ter
uma preponderante dimensão social
e humanitária.»**

Muito se avançaria na luta pelo bem-estar da criança se a nova Constituição fosse plenamente cumprida. No meu caso,

foi isso que jurei fazer e é isso o que vou fazer. Em seu artigo 227, a Carta Magna estabelece — «é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão».

Não sou eu quem determina que a criança seja objeto prioritário da ação do Estado, é a própria Constituição, que nos obriga a todos, não só aos governantes, mas também aos governados.

O Poder Executivo, eu garanto, há de cumprir com a sua parte. Começamos a fazê-lo desde o primeiro dia de Governo, quando tivemos de tomar medidas decisivas e vigorosas com vistas ao reordenamento da economia nacional e à recuperação da capacidade do Estado de servir com eficácia à vontade da Nação. Mas esses são esforços destinados ao fortalecimento dos meios, esforços que não podem adiar indefinidamente a clara determinação dos fins últimos que nos propusemos alcançar.

O sacrifício imposto pela reorganização da economia não pode de maneira alguma esgotar-se em si mesmo. Não é suficiente. A ação do Governo deve ter uma preponderante dimensão social e humanitária. Num país marcado ainda pela pobreza e pela injustiça na repartição dos frutos do progresso, o Governo precisa ser fonte de inspiração para uma profunda mudança de hábitos, atitudes e sensibilidades.

Que Nação é esta que não quer ver o drama social? Que Nação é esta que insiste em não reconhecer a absoluta prioridade de acabar com o sofrimento de milhões e milhões de brasileiros?

É inaceitável o argumento de que temos de esperar pelo crescimento antes de melhorarmos a distribuição dos resultados do trabalho. Não há desenvolvimento sem justiça social. A justiça social é requisito básico do desenvolvimento, da nacionalidade e da cidadania.

Nas democracias, nas sociedades baseadas na livre iniciativa, o Estado tem a missão fundamental de corrigir e compensar

as distorções que surgem com maior ou menor intensidade com o funcionamento da economia de mercado.

No Brasil, essa necessidade é evidente. Herdamos dos efeitos de um modelo de desenvolvimento em cujo nome, entre muitos erros e omissões, cometeu-se o desatino de deixar pelo caminho, abandonada nas cidades e nos campos, exposta à doença, à corrupção, ao crime e às drogas, uma verdadeira legião de menores carentes de tudo.

Temos o dever de reverter essa situação; de garantir alimentação e saúde para as nossas crianças. Temos de tirá-las das ruas e dos desvios da marginalidade; de encaminhá-las à escola motivando-as para o estudo. Temos de levá-las de volta ao seio da família, ao convívio e guarda de pais capazes de dar-lhes sustento, afeto e amor; de fazer prevalecer o sentido de paternidade responsável. Temos de recuperar, de uma vez por todas, a família brasileira.

Atenção especial será dada às medidas que tenham por objetivo apoiar a mãe, tanto no período de gestação, como na fase decisiva do aleitamento. A salvação da infância começa necessariamente por esse cuidado.

Dedicaremos também grande esforço a combater de maneira eficaz o analfabetismo. É compromisso nacional e internacional. O Brasil tem muito ainda a fazer para que se realize a meta estabelecida, no âmbito da década mundial da luta contra o analfabetismo, que é a de erradicar esse problema até o ano 2.000. Primeira etapa dessa empreitada, 1990 foi declarado pela ONU «Ano Internacional da Alfabetização».

As áreas do Estado mais diretamente voltadas para o atendimento das necessidades da infância terão seus recursos imediatamente reforçados por meio da redistribuição de verbas e pessoal, melhorando a eficiência, evitando desperdícios, com um trabalho integrado e solidário. Além disso, serão criados, hoje e daqui por diante, novos mecanismos de captação destinados única e exclusivamente a essa finalidade. O setor público vai ser adaptado, com urgência, às enormes demandas que temos pela frente.

«Não existirá um país feliz
se os seres mais débeis de sua sociedade
são marginalizados.»

Temos de estabelecer, em bases sólidas, valores que guiem a vida da sociedade. De que serve o crescimento econômico se não existe solidariedade entre os brasileiros? O projeto de uma grande nação se faz com valores que sejam escolhidos livremente por sua gente. Mas não existirá um país feliz se os seres mais débeis de sua sociedade são marginalizados, ou são esquecidos. Insisto em que minha proposta não é simplesmente um programa de Governo, é uma proposta de recuperação dos valores de uma ética de convívio social.

Assumo, a partir de agora, o desafio de liderar a Nação na obra de construir um Brasil Novo para as crianças. Só assim poderemos legar um país melhor aos nossos filhos. Entro nessa batalha como Presidente da República, como brasileiro e, sobretudo, como pai.

Acredito e confio no Brasil. Este ainda há de ser o lugar ideal para se viver. Os imigrantes que ano após ano temos acolhido de braços abertos sabem disso. Eles vêm participar do progresso desta terra de grandes oportunidades. Eles sabem, sabemos todos que o Brasil tem condições plenas para transformar-se numa grande potência, na grande potência de um mundo em que o poder será medido pela felicidade do homem, e não mais pela força de artefatos nucleares.

As soluções dependem de nós. A superação da crise econômica, o fim da calamidade social, a salvação de nossas crianças depende essencialmente do esforço de todos e de cada um dos brasileiros.

Que Deus continue a nos ajudar!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na Reunião Ministerial, realizada no
Palácio do Planalto,
no dia 31 de maio de 1990.*